

# O ACORDO É UM PASSO NA DIREÇÃO DE UM ENSINO MAIS VERDADEIRO DO QUE É HOJE O PORTUGUÊS

Gustavo Rubim

Concedendo que este é um assunto menor, deve reconhecer-se que alguma coisa foi ferida (ao menos em Portugal) pela simples ideia de fazer um Acordo como o que volta a estar em discussão. Na verdade, a maior parte das pessoas que se pronuncia sistematicamente *contra* o Acordo Ortográfico não faz a menor ideia do que nele está estabelecido e toda a espécie de fantasias foram formuladas como causas de recusa que a nada correspondem nas cláusulas do Acordo. Em Portugal, o debate sobre o Acordo Ortográfico só numa percentagem residual foi um debate intelectual: na maioria, foi uma querela pública e, em regra, tem sido uma ocasião penosa para se atestar (sem margem para dúvida) o estado miserável da informação cultural e linguística daquilo a que se possa chamar uma «opinião pública portuguesa». Que muitos professores (e não poucos de Português) surjam a subscrever textos execráveis de todos os pontos de vista, começando logo no da correção linguística, a exigir intervenção legislativa contra o Acordo Ortográfico — essa constatação só agrava a percepção que se pode ter do baixíssimo nível em que se passou boa parte desta discussão. Os textos estão aí, arquivados, e o arquivo será a melhor prova do chauvinismo, da ignorância e do oportunismo que determinou essa reação que entretanto outros, mais deliberados, não se importaram de manipular.

O Acordo acordou um fantasma histórico: o da sujeição de Portugal ao Brasil. Quase ninguém defendeu maior aproximação ao Brasil e não foi por um senso agudo da óbvia insuficiência da ortografia para esse efeito. Foi, antes, porque o «excesso de identidade» que Eduardo Lourenço diagnosticou à cultura portuguesa atual (e é o melhor diagnóstico sobre ela produzido, desde a célebre tese de Pessoa sobre o provincianismo mental) teve aqui um ensejo raro para exhibir todo o seu triste esplendor. Nada atesta melhor o raso sentido político da parte maior da opinião culta portuguesa do que a descoberta exaltada de malévolos cálculos políticos brasileiros num Acordo que, no entanto, era também objeto de discussão e contestação no Brasil (e frequentemente por motivos similares, capazes de atribuir à supressão do trema a adulteração da própria língua). Ou antes: nada atestava, até que há poucos dias António Guerreiro ultrapassou todos os cúmulo ao integrar a legislação ortográfica nas maldades da «biopolítica» e identificar na histeria anti-Acordo uma epifania da abstrata «arquiescrita» teorizada por Jacques Derrida (cf. suplemento Ípsilon de 29 de Março, p. 30). Já só faltava ao delírio este detalhe requintado: os que reivindicam que não lhes toquem na preciosa língua (de que se imaginam condóminos) serem todos camaradas numa espécie de desconstrução coletiva!

Em Portugal, parece que ninguém consegue demonizar o Brasil sem reproduzir uma tosca caricatura do carnaval. Entretanto, sem prejuízo das emendas com que o Acordo realmente ganharia, foram saindo livros no Brasil e em Portugal que adotam as regras introduzidas pelo Acordo, para não falar nos jornais que foram fazendo a mesma opção. Que aconteceu a esses livros, alguns até de poesia? Arruinaram os versos editados? Tornaram-se ininteligíveis de um dia para o outro? Prestaram inconfessáveis serviços a crapulosos interesses e poderes económicos? Instalaram o caos nas escolas, nas bibliotecas e na mente do pobre leitor?

Era interessante e até expectável que os opositores da nova ortografia viessem pegar nesses livros e dismantelá-los a golpes de camartelo linguístico, provando o nefasto impacto ambiental da queda das consoantes mudas ou da escrita dos meses com letra pequena. Pois nada. Saíram as quatrocentas e trinta páginas da *Poesia Traduzida* de Carlos Drummond de Andrade (Cosac Naify e Viveiros de Castro Editora, São Paulo, 2011) e nem um deles aproveitou para malhar num «veem» que traduz um delicado «miran» de Pedro Salinas. Também saíram os *Temperamentos Filosóficos*, de Peter Sloterdijk (Edições 70, Lisboa, 2012), e não veio sequer um filósofo veterográfico — com perdão do neologismo — demonstrar que o capítulo sobre Kant ficou manchado ao escrever-se que na «ação livre» o indivíduo «agia corretamente por mero respeito da lei moral» (e escuso de agregar que os grifos são meus). Sinceramente, isto dececiona, porque afinal abrem-se esses livros — visto não haver paciência para abrir o *Expresso* e francamente não é por causa da ortografia — e mal se resiste a perguntar: tanto barulho, porquê?

Já nem apetece comentar o mal que se recebeu um Acordo que tolera mais de uma grafia para a mesma palavra. Isto é, que não uniformiza onde pretendia até unificar. Que se possa não penalizar alunos (ou orientandos, ou colegas

ou funcionários ou pessoas em geral) por escreverem «percepção» em vez de «perceção» ou «concetual» em vez de «conceptual», eis o que pelos vistos não alegrou a alma nacional. Já se sentia que o desejo de Estado, a ânsia de regra única ditada pelo Estado atravessava a medula de muita gente: agora ficámos cientes de não ser menos intensa nos nervos de vários poetas.

A hipocrisia suprema gerada na reação ao Acordo foi o argumento da preservação da diversidade do Português escrito, quando na verdade se quer defender a conservação de fronteiras rígidas. É justamente por *não ser* na ortografia que se decide a efetiva diversidade existente, que propor uma aproximação ortográfica é alargar a consciência da língua marcando como ela *não é nacional*. A isto, respondeu-se acentuando o estrangeirismo da língua falada e escrita no Brasil ou em Moçambique, como se os livros de Guimarães Rosa nos afetassem tanto ou tão pouco como os de qualquer poeta mongol.

Manter esse discreto *apartheid* linguístico em que não nos queremos misturar com o Português falado fora da Europa é coerente com querer manter um sistema de escolaridade que, ao fim de doze anos de aulas *obrigatórias* de Português, assegura que os alunos saem sem a mais leve noção de quem seja Machado de Assis. Quem não se importa que assim seja irá naturalmente erguer a voz contra um Acordo (ortográfico ou não) que assuma o que significa o nome de Machado de Assis neste contexto: que há na história da língua portuguesa um destino brasileiro, como há também um destino africano (ou vários) e um destino timorense. Ao apoiar a reforma ortográfica, em geral, nunca ignorei que estava a tomar uma posição política, essencialmente a mesma que tomo quando combato a filosofia (nacionalista) do ensino oficial do Português em Portugal. É preciso não esquecer que a língua, como a ortografia, ensina-se e, nas condições atuais, subsiste na medida em que se ensinar. Ora, por princípio, não acho bem que se ensine uma língua falsa ou estropiada das suas

variações historicamente significativas. O Acordo é um passo na direção de um ensino mais verdadeiro do que é hoje o Português. Para mim, este é um assunto político no sentido mais forte da palavra, inconfundível com folclores lusofo-nistas de esquerda ou de direita que servem por

aí diversas conveniências. E para quem pensa deste jeito, o Acordo não é uma decisão política absurda e arbitrariamente aplicada à língua portuguesa: é o efeito de um problema real de *política da língua* que não começa nem acaba na ortografia.